

Jornal do Sintufrj

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXVI - Nº 1344

18 a 24 de outubro de 2021

www.sintufrj.org.br

Foto: Renan Silva

UFRJ: CIÊNCIA ORIENTARÁ RETORNO



Ao anunciar as condições de retomada das atividades presenciais, o vice-reitor Carlos Frederico Rocha disse que a UFRJ seguirá diretrizes dos cientistas da universidade. **Página 3**



'Reforma' na contramão

Foto: Internet

PEC 32 amplia a desigualdade, segundo pesquisadora ouvida pela CUT. Até o momento, proposta não foi encaminhada ao plenário da Câmara. A mobilização do funcionalismo continua e a pressão não pode parar. Sintufrj publica lista de deputados da bancada federal do Rio de Janeiro e a tendência de voto de cada um.

Páginas 4 e 5

SEM 308 votos assegurados, PEC 32 não chega ao plenário

Sobre o ponto eletrônico

1 – Uma assembleia convocada pelo SintufRJ com a participação de 200 trabalhadores em 10 de fevereiro decidiu com firmeza: a categoria rechaça a implantação de ponto eletrônico pelo governo e defende o desenvolvimento de um sistema próprio da UFRJ, adequado às especificidades do trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação.

2 – O SintufRJ defendeu a criação de um grupo de trabalho composto por membros da gestão de pessoal da universidade, da TIC, Coppe, NCE, especialistas da área e da representação sindical da categoria para estabelecer parâmetros adequados

e autônomos, atendendo às peculiaridades da universidade e respondendo a complexidade do nosso fazer.

3 – Como já foi divulgado, a reitora Denise Pires afirmou que a UFRJ não pretende, de maneira alguma, aderir ao sistema de controle de frequência do governo e não estabeleceu datas para estudos conclusivos para a consolidação de um sistema próprio da universidade como a categoria defende, mantendo a mesma postura de gestões anteriores.

4 – Nos surpreendeu a divulgação, no dia 15 de outubro, de uma circular da PR-4 informando o calendário de implementação do sistema de controle de frequência da UFRJ com prazo de

conclusão no dia 2 de fevereiro de 2022. O ofício aponta na contramão das declarações da reitora, e abre uma gama imensa de questionamentos. Não houve apresentação do sistema desenvolvido para o conjunto da universidade, e o prazo apontado é obviamente inadequado a um processo que atende às especificidades de cada unidade.

5 – O SintufRJ defende que o calendário seja revisto e que a posição do movimento seja respeitada. Não adianta implementar um sistema próprio se ele serve, na prática, para as mesmas finalidades do ponto eletrônico do governo e é implementado sem debate e sem levar em consideração o acúmulo da própria universidade.

Live discute Ebserh

Em mais uma etapa de seu esforço para envolver a comunidade universitária na discussão sobre a proposta de adesão da UFRJ à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), o SintufRJ reuniu três debatedores e uma coordenadora-geral

da entidade numa live na manhã/tarde desta quarta-feira 13 para responder à seguinte provocação: ‘Ebserh é alternativa?’.

Eloiz Cristino, técnico-administrativo em educação da UFSM; Nelson Souza e Silva, professor emérito da Faculdade de Medicina; e Camilla Vac-

cariello, estudante de Biomedicina e diretora da pasta de Saúde do DCE Mário Prata, foram os convidados do sindicato.

A coordenadora-geral do SintufRJ, Gerly Mice-li, reafirmando a posição da entidade contrária à transferência da gestão da rede de hospitais da

UFRJ à empresa, abriu o programa.

A proposta de adesão à Ebserh já chegou à Comissão de Desenvolvimento do Consuni. Da apreciação sairá um relatório que será encaminhado aos conselheiros em sessão plenária do Consuni.

O relato sobre a live

‘Ebserh é alternativa?’ será publicado num encarte especial que o sindicato está preparando sobre o assunto.

A íntegra está disponível no perfil do sindicato no Facebook ou no canal do SintufRJ no Youtube.

Retorno “gradual e seguro” começa nesta segunda-feira

“Nós estamos iniciando o retorno presencial”, comunicou o vice-reitor Carlos Frederico Rocha na sessão do Conselho Universitário (Consuni), na quinta-feira, 14. A volta aos locais de trabalho na universidade, de forma gradual e segura, começa a partir desta segunda-feira, 18, conforme estabelece a Instrução Normativa do Ministério da Economia (IN nº 90).

“Espero que diretores e chefes de seções orientem o retorno de acordo com os espaços que têm. Obviamente não se vai colocar milhares de servidores da UFRJ num mesmo local imediatamente”, disse Rocha. Ele informou que o retorno gradual seguirá as diretrizes dos cientistas e pesquisadores da UFRJ, que desde o início da pandemia guiam as decisões dos grupos de trabalho sobre a Covid-19 na universidade e os governos estadual e municipal.

Segundo o vice-reitor, esse retorno com segurança, conforme os preceitos da ciência, já estava sendo discutido com a comunidade universitária através desses grupos de trabalho. “Começamos a receber orientações de que podemos fazer o retorno gradual e seguro, então, vamos caminhar nessa direção”, afirmou.

Resolução 07 versus IN 90

A decisão da Reitoria de iniciar a retomada gradual das atividades presenciais, embora ainda esteja em vigor a Resolução 07/2020 do Consuni, que estabelece as diretrizes sobre o trabalho na universidade durante a pandemia, foi justificada pelo vice-reitor em razão do atual contexto em que se encontra a crise pandêmica no país, com a desaceleração da letalidade e da contaminação em virtude do aumento do número de imunizados contra a Covid-19, e com base principalmente nas conclusões dos especialistas da UFRJ que compõem os GTs.

“O momento atual da pandemia não nos permite outra decisão. Temos que voltar. Será um retorno com todos os cuidados. A IN do governo é uma norma, e, embora retire a possibilidade do trabalho remoto generalizado, deixa a possibilidade para as situações explicitadas no texto da instrução”, explicou Rocha.

De acordo com a IN 90, poderão permanecer em

trabalho remoto, mediante autodeclaração, servidores nas seguintes situações: gestantes; com 60 anos ou mais idade; obesos; por tabagismo; portadores de doenças consideradas comorbidades; por parentalidade, entre outras (confira o texto na íntegra: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-sgp/sedgg/me-n-90-de-28-de-setembro-de-2021-349566093>).

Fotos: Renan Silva



Consuni extraordinário

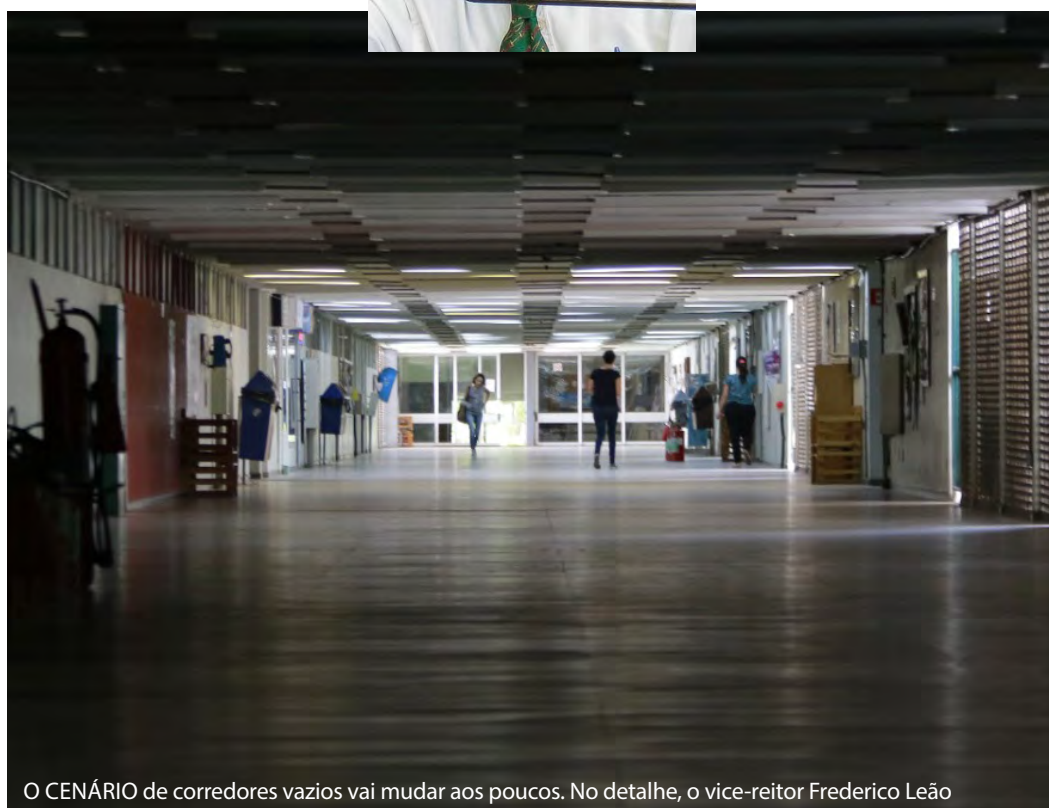
Na quinta-feira, 21, o Consuni realizará uma sessão extraordinária para deliberar sobre a proposta de readequação

da Resolução 07/2020 que começou a ser discutida pelo colegiado no dia 14. Quando, segundo o vice-reitor, serão aprovadas as novas diretrizes a serem adotadas a partir de agora em relação ao trabalho na UFRJ, enquanto durar a pandemia do novo coronavírus, e feitas às adequações necessárias à situação atual.

A decisão de realização dessa sessão extraordinária foi motivada pelas inúmeras dúvidas e questionamentos levantados pelos conselheiros em relação à volta presencial ao trabalho baseada na IN do governo.

Falta justificada

Joana de Angelis, coordenadora do Sintufrj e representante da categoria no Consuni – ela faz parte do GT que revisou a Resolução 07/20 do Consuni –, defendeu que seja mantida no novo texto da Resolução 07 a ser discutido e aprovado pelo colegiado a possibilidade de falta justificada aos servidores que terão que permanecer trabalhando em casa e/ou atuarão de forma híbrida, porque seu ambiente de trabalho não apresenta as condições de biossegurança adequadas.



O CENÁRIO de corredores vazios vai mudar aos poucos. No detalhe, o vice-reitor Frederico Leão

‘REFORMA’ ADMINISTRATIVA AUMENTA DESIGUALDADES

Entrevistada pela CUT, professora Gabriela Lotta, da FGV/EaesP, afirma que proposta vai na contramão “de um Estado que atenda melhor o cidadão”. Veja trechos da entrevista

Se a premissa de que a administração pública precisa de reformas é verdadeira, a PEC 32 caminha nesse sentido?

O Estado brasileiro tem diversos problemas. Isso é um fato. Temos que melhorar a gestão de pessoas, melhorar os processos, a forma de atendimento ao cidadão. Temos que diminuir as desigualdades dentro do serviço público, aumentar transparência e eficiência, só para citar alguns dos problemas que deveriam ser enfrentados para garantir serviços com mais qualidade.

No entanto, a PEC 32, como foi proposta, não só não melhora estes problemas como tende a agravar uma parte deles a médio e longo prazo. As medidas da PEC 32 vão na contramão de um Estado que atenda melhor o cidadão.

O serviço público, de alguma maneira, reflete a realidade socioeconômica do país, com uma parcela ganhando salários consideráveis e grande parte ganhando mal. Em algum momento o projeto considera essa realidade?

O serviço público é um

reflexo da desigualdade e de suas estruturas. Um exemplo é a alta desigualdade da sociedade brasileira que se reflete no Estado. Temos carreiras que ganham salários absurdos, e ainda recebem uma série de regalias e penduricalhos (como as carreiras do Judiciário e do Ministério Público, por exemplo), enquanto a maior parte dos servidores recebe salários baixos e sem adicionais, como é o caso dos professores, profissionais de saúde e policiais.

Assim como precisamos enfrentar as desigualdades na sociedade, temos que enfrentar as desigualdades no serviço público, inclusive porque elas refletem marcas estruturantes de gênero e raça. No entanto, a PEC 32 não só não combate as desigualdades como tende a aumentá-las.

Isso porque a PEC deixou de fora estas carreiras que estão no topo dos salários e benefícios do setor público. Os membros dos poderes (Judiciário, Legislativo e MP) não serão atingidos por esta PEC 32. Ela gerará efeitos principalmente nestas carreiras que já recebem os menores salários, não recebem os adicionais e ainda são majoritaria-



Foto: Divulgação

DEPOIS de aprovada na Comissão Especial, PEC 32 não chega ao plenário da Câmara

mente compostas por mulheres e por negros e negras.

Uma das críticas da oposição é em relação a um possível aumento de ocupação de cargos por indicação e esvaziamento de concursos públicos. Esse risco existe?

Este risco já apare-

ceu de diversas maneiras durante a tramitação da reforma. Na primeira proposta da PEC 32, a apresentada pelo Poder Executivo, havia previsão da criação do chamado vínculo de liderança, que iria transformar todos os cargos ocupados atualmente por servidores concursados em cargos para ocupação política.

Isso gerava um risco gigante de politização da máquina.

Essa medida caiu, mas há no substitutivo agora em debate outra medida que pode, sim, aumentar a politização: é a abertura para contratação de temporários para todas as vagas que não cumpram a lista das chamadas carreiras de Estado.

Sem votos suficientes, Lira posterga votação

Aprovada em comissão especial há quase dois meses, o projeto de “reforma” administrativa ainda não entrou na pauta do plenário

da Câmara. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), posterga a inclusão da matéria porque o governo receia ser derrotado no voto. Assim, as entidades

de servidores e centrais sindicais seguem acompanhando a tramitação e se mobilizando contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32.

#NãoÀReformaAdministrativa

Deputados e Deputadas que votam contra os servidores



Deputados e Deputadas que votam a favor dos servidores



Deputadas e Deputados indecisos



Não é uma Reforma, é o fim dos serviços públicos

O Sintufjr preparou este painel reunindo todos os parlamentares federais do Estado do Rio de Janeiro.

Acesse pelo QR Code abaixo o arquivo digital com os links das mídias sociais e e-mail de cada deputado, pressione, reclame, cobre e diga:



SE VOTAR, NÃO VOLTA!

A incidência do câncer de mama – tumor de maior prevalência nas mulheres – tende a crescer progressivamente a partir dos 40 anos, assim como a mortalidade. Levantamento do Instituto Nacional do Câncer (Inca) revela que este ano, no Brasil, foram estimados 66 mil novos casos. Em 2019 foram mais de 18 mil mortes. O alerta e a atenção à doença devem ser uma constante, avisam os especialistas.

“Quanto mais tarde o diagnóstico, mais difícil é a cura. Outubro Rosa é o ano todo”, recomenda Afrânio Coelho, chefe do Serviço de Ginecologia e Mastologia do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). Segundo ele, a campanha não deve se limitar apenas a chamar a atenção para o exame de mamografia, que é muito importante, mas deve também focar na prevenção primária e no risco que traz o diagnóstico tardio.

Prevenção

A responsável pela Mastologista do setor, Flávia Clímaco, acrescenta que a prevenção primária é a preocupação com a qualidade de vida. “Pelo menos 13% dos casos de câncer poderiam ser evitados com bons hábitos de vida, como controle de peso, alimentação, exercícios. É importante uma mudança comportamental. Se a paciente é obesa na pós-menopausa, maior é o risco de desenvolver o câncer de mama”, informa.

“Outubro Rosa” é todo dia

Foto: Internet

Outubro Rosa, segundo Flávia, é importante, porque faz um chamamento à população e leva informações para a mulher procurar o rastreamento precoce, e diz também que as dificuldades para a realização de exames na rede pública de saúde ainda é um problema sério.

Mamografia é luxo

Segundo Afrânio, a cobertura de exames no Brasil fica bem abaixo do número de mulheres existentes na população-alvo apontada pelo Inca – de 50 a 69 anos. “No SUS, é de 20% e 30% nas capitais Rio, São Paulo e Porto Alegre. As mulheres que têm que fazer o exame não o fazem porque os médicos não pedem, a atenção primária não pede, as clínicas não fazem, ou fazem de má qualidade”, observa.

Uma das dificuldades, explica a mastologista, tem a ver com os aparelhos, que além de insuficientes sua distribuição é irregular. Os estados mais prejudicados são os menos desenvolvidos, e os mais beneficiados são do sul e sudeste. Faltam mamógrafos nas unidades de saúde, e, quando existem, estão quebrados, ou não existem técnicos para consertar, ou médicos para realizar o exame. E na rede particular “a qualidade pode deixar a desejar”, diz Afrânio, mostrando uma mamografia feita numa clínica privada.



90% dos tumores são curáveis

A mamografia é a referência no exame de imagem para detecção de tumores, portanto, obrigatório para o tratamento precoce. “Noventa por cento dos tumores diagnosticados por mamografia podem ser curáveis”, diz Flávia. O problema da demora para exame e tratamento pelo SUS é crônico. O HUCFF integra o programa de regulação de atendimento em unidades de saúde pública – o Sisreg –, e seus profissionais constataam esta realidade.

“Quando a paciente chega aqui com a doença avançada, não é de nossa responsabilidade: teve a demora em ser encaminhada, a de-

mora em fazer o exame, a demora em fazer a biópsia. Quando tínhamos oferta maior de mamografia, que hoje é reduzida, conseguíamos fazer um diagnóstico inicial”, relata Afrânio.

“Precisamos melhorar as políticas de saúde e efetivamente também fazer com que as leis sejam cumpridas. Temos a lei de acesso à mamografia e a lei de 60 dias para as pacientes se tratarem. Então, essas leis têm que funcionar. E isso vai depender do acesso ao diagnóstico, seja mamográfico, através da detecção precoce, dos métodos de biópsia para o diagnóstico definitivo das lesões suspeitas e da paciente ter acesso ao tratamento”, defende Flávia.

'Tempestade perfeita'

Livro detalha como o bolsonarismo ampliou os estragos da pandemia

“Todo líder populista reza para que exista um inimigo externo, que seja capaz de unir a nação em torno dele. Bolsonaro teve o ‘melhor’ inimigo que a história poderia providenciar, mas foi tão estúpido que conseguiu se aliar ao vírus, contra a população brasileira.”

A afirmação é do jornalista Cesar Calejon, autor do livro *Tempestade Perfeita: o bolsonarismo e a sindemia covid-19 no Brasil*, que será lançado na próxima sexta-feira (15) pela Editora Contracorrente.

Calejon tem especialização em Relações Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e é mestrando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP).

O livro é uma análise detalhada de como o bolsonarismo e a instabilidade política agravaram as consequências da covid-19 no país. Na última semana, o Brasil atingiu a marca de 600 mil mortes em decorrência do novo coronavírus.

Mais do que uma crise sanitária, criou-se um colapso social, em um contexto de recessão econômica, com as instituições sob ataque e um governo incapaz de dar respostas às necessidades da população.

“Quando existe uma liderança sólida, sobretudo utilizando o simbolismo presidencial de forma adequada no combate ao patógeno, os resultados são absolutamente mais favoráveis”, ressalta o autor, em entre-

vista ao Brasil de Fato.

“Não quer dizer que não existiria a pandemia, não quer dizer que pessoas não seriam contaminadas e morreriam, em algu-

ma medida. Mas isso mostra que a atuação do bolsonarismo catalisou muitas vezes o estrago que a covid-19 causou no Brasil.”

Durante a produção

da obra, Calejon realizou dezenas de entrevistas com pesquisadores de diferentes áreas, incluindo profissionais de saúde, entre março de 2020 e junho de 2021.

Foto: Internet



Fome: Povo disputa ossos e restos de peixe

Foto: Internet



As cenas revoltantes de famílias brasileiras disputando restos de ali-

mentos que, no passado recente, eram doados para cachorros, como ossos de carne bovina, ou comprando restos de peixe, correram o mundo e expuseram um governo que não conseguiu sequer manter a exitosa política de erradicação da pobreza extrema implementada pelo ex-presidente Lula.

Mostraram também a ganância e desumanidade de parte do empresariado brasileiro que,

de olho na demanda que cresceu por causa da miséria, resolveu explorar o povo. Um supermercado de Belém, no Pará, está vendendo restos de peixe (vísceras, espinhas e cabeças) a R\$ 3,90 o quilo. Em Florianópolis, ao invés de doar ossos, como ocorre no Rio de Janeiro e em Cuiabá, um açougue começou a vender. Denunciado nas redes sociais e pressionado pelo Procon acabou voltando atrás.

No Distrito Federal, o presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) ignora o drama do povo mais pobre do país, jamais fala da fome. Enquanto a maioria da população vê seu poder compra se esvaír com a disparada da inflação, se endivida, sofre com o desemprego e os baixos salários, o governo continua adotando medidas que prejudicam ainda mais o orçamento das famílias.

Entre elas, permitir os

sucessivos aumentos de combustíveis, aumentar os preços da conta de luz e acabar com os estoques públicos de alimentos – em uma década, esses estoques tiveram uma redução de 96% na média anual. Com isso, os preços dos produtos ficam à mercê da oferta e da procura do mercado e da oscilação no valor do dólar, sem interferência do Estado. (Matéria produzida pela CUT Nacional).

Sintufrj fala com VOCÊ

Para manter milhares de filiados por dentro da agenda de lutas e serviços, a comunicação do Sindicato não para.



SintufrjOficial



sintufrj ufrj



@Sintufrj



sintufrj_ufrj



t.me/sintufrj



Envie mensagem para
(21) 96549-2330

